O DEFICIENTE INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

KELLY CRISTINA PANTALEÃO

RESUMO

Abordaremos aqui a questão da Educação Infantil, como instância básica da educação, da sua importância e do processo de política de inclusão. Nessa perspectiva a Educação Infantil se apresenta como um lugar de oportunidades de ingresso ao sistema educacional inclusivo para boa parte das crianças. É neste sentido que se fortalece nos centros de educação infantil um espaço privilegiado onde, além da convivência, a estimulação na fase mais inicial da vida potencializa o desenvolvimento, independente de deficiências, reduzindo as diferenças e promovendo o respeito mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Deficiente intelectual; Inclusão escolar.

ABSTRACT

We will address here the issue of Early Childhood Education, as a basic instance of education, its importance and the inclusion policy process. In this perspective, Early Childhood Education presents itself as a place of opportunities to enter the inclusive educational system for most children. It is in this sense that child education centers are strengthened as a privileged space where, in addition to coexistence, stimulation in the earliest stages of life enhances development, regardless of disabilities, reducing differences and promoting mutual respect.

KEY-WORDS: Early childhood education; Intellectual disability; School inclusion

INTRODUÇÃO

Acredita-se que a Educação Infantil é uma das fases mais importantes para o desenvolvimento do ser humano. É uma fase repleta de sonhos, desejos e aprendizados que são indispensáveis à nossa formação biológica, afetiva, cognitiva e social.

Conforme art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2011),

a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, o que implica um papel específico das instituições de Educação Infantil, complementar, mas diferente do da família, no sentido da ampliação das experiências e do conhecimento da criança.

A história da humanidade revela as mais variadas formas de se lidar com as diferenças, recebendo variados tratamentos e gerando momentos de exclusão ou de afeição ao longo dos tempos.

É considerável o aumento do número de crianças com NEE's (Necessidades Educacionais Especiais) matriculadas no ensino regular. Este significativo aumento se deve ao forte movimento mundial pelo acesso à educação e a inclusão.

O Brasil teve um aumento significativo no número de estudantes da educação especial matriculados nas classes comuns do ensino regular. O percentual de alunos da educação especial estudando em escolas regulares cresceu 41% em 10 anos. São 375.775 estudantes incluídos em classes comuns. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (Inep/MEC), em 1998, apenas 13% dos estudantes com necessidades especiais frequentavam estas turmas comuns; em 2008, o número de matrículas chegou a 54%. (CUNHA & SCHENINI, 2012, p.2)

Os poderes públicos após a declaração de Salamanca (1994) intensificaram as discussões sobre o atendimento às pessoas deficientes, mas passados 16 anos, ainda estão tentando ajustar os serviços oferecidos para atender com eficiência esse público. Atualmente contamos com uma série de documentos que discutem a implantação da educação especial visando à inclusão social. Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a Educação Especial é oferecida pelos CEFAIs (Centro De Apoio e Acompanhamento à Inclusão), assim como pelos profissionais que neles atuam os PAAIs (Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão), pelas Salas de Apoio e Acompanhamento à inclusão (SAAIs) e pelas Escolas Municipais de Educação Especial (EMEEs), já existentes.

Porém se a política de inclusão educacional traz importantes contribuições para todos, também nos propõe desafios como por exemplos a formação dos professores tanto os do ensino regular quanto os especialistas, as adequações arquitetônicas dos centros de educação infantil e parceria com outros profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Dessa forma, o processo de construção de conhecimentos é fundamentado nas parcerias e não há um modelo construído de Educação Inclusiva, assim como, não há uma fórmula que garanta que todas as pessoas aprendam as mesmas coisas ao mesmo tempo e, segundo o Referencial sobre a avaliação da aprendizagem (2008, p.12) "pessoas com deficiência intelectual possuem tantas diferenças entre si quanto as pessoas comuns", portanto en-

tender as especificidades individuais e coletivas corrobora para que todos os saberes dos alunos sejam olhados e respeitados.

Oliveira e Profeta (2008, p.81) reconhecem que "as escolas públicas, geralmente, fazem parte de uma rede, o que historicamente, as mantém em situação de dependência administrativa, funcional e mesmo pedagógica, limitadas em sua autonomia e controladas sob mandatos".

Por isso, a educação inclusiva ainda é muito discutida e revisada a cada ano, por meio de pesquisas e estudos, pois se faz necessário flexibilidade e mudança para se obter uma educação para todos, começando pelo aspecto social e cultural.

Parece nos que a proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto e dinâmico. Projeto capaz de envolver toda comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas. (OLIVEIRA, 2004, p. 37)

Acredita-se que hoje com a política mundial de inclusão, a Educação Infantil seja um lugar de oportunidades de ingresso ao sistema educacional inclusivo para boa parte das crianças, pois promove uma maior socialização entre seus pares.

A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar. (MEC, 2004, p. 9)

Alguns questionamentos ainda precisam ser analisados, como a relação entre os Centros de Educação Infantil, a comunidade escolar, os professores e familiares frente à escola inclusiva.

Esta pesquisa dará ênfase na legislação vigente sobre deficiente intelectual em relação à educação infantil inclusiva de 0 (zero) a 3(três) anos no Centro de Educação Infantil no Município de São Paulo.

1. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A criança que apresenta Deficiência Intelectual não é desprovida de aprender, muito depende do comprometimento que pode ou não apresentar, porém as pessoas são diferentes umas das outras, mas tem potencial de aprendizagem. Partindo dos processos naturais, a diversidade apresentada pelas pessoas, adultos ou crianças, pode ser funcional ou não em diferentes contextos e em diferentes situações em nossa sociedade (OMOTE, 2008, p.24).

De acordo com a Associação Americana de Incapacidades Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD, 2006) antiga Associação Americana de Deficiência Intelectual (AAMR), "a deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por uma limitação significativa no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas". (MILANEZ, 2011, p. 45).

A deficiência é uma das características do indivíduo atreladas as condições de relação entre a própria deficiência e o contexto social no qual o mesmo está inserido (BALEOTTI, 2008, p.38). Como pessoas, somos todos diferentes, assim também acontece com a criança com deficiência Intelectual, nem todas se desenvolvem da mesma forma.

Deficiência ou retardo mental eram os termos mais utilizados antigamente; porém devido ao fato de serem associados muitas vezes de forma errônea a outras condições médicas, como doenças psiquiátricas, e mesmo serem considerados pejorativos para o público leigo, o termo "deficiência Intelectual" passou a ser considerado mais apropriado.

Diversas são as causas da deficiência intelectual, partindo do princípio da rede neural, a DI é causada pela disfunção de um ponto desta rede que leva a dificuldades específicas no funcionamento cognitivo, especialmente no raciocínio abstrato (GUILHOTO, 2011, p. 12).

Deve-se mencionar aqui a relevância da prevenção de fatores de risco para a Deficiência Intelectual. Segundo a Associação Americana de Incapacidades Intelectuais e do Programa de Desenvolvimento (AAIDD, 2006), fatores de risco presentes durante uma fase crítica do desenvolvimento cerebral são de vital importância, podendo citar elementos biológicos, sociais, comportamentais e educacionais.

Desta forma segundo Milanez (2008), pode se dizer que diversos são os fatores que podem aparecer simultaneamente como causadores da D.I., sendo estes fatores pré-natais, perinatais e pós-natais. Fatores de risco e causas pré-natais, são compreendidos desde o momento da fecundação até o parto: doenças genéticas, metabólicas, congênitas, mal formações cerebrais, desnutrição materna, falta de cuidados pré-natais, uso de drogas, álcool, tabaco, fatores ambientais. O período perinatal corresponde ao momento do nascimento, dentre os fatores de risco e causas perinatais estão incluídos a anoxia neonatal (uma das maiores causas de eficiência intelectual no Brasil), traumatismo obstétrico e prematuridade. Fatores de risco e causas pós-natais são as que atuam depois do nascimento: fatores nutricionais, infecções, trau-

matismo crânio encefálico, falta de estimulações adequadas etc. É importante ressaltar que nem todas as causas da instalação da deficiência intelectual foram aqui tratadas, e que diversos são os fatores que contribuem para a DI e muitos ainda são desconhecidos.

Em serviços especializados de diagnóstico de deficiência intelectual que contam com todos os recursos possíveis, esses índices representam 28,0% - 30,0% dos casos. São inúmeras as causas e fatores de risco que podem levar à instalação da deficiência intelectual, sendo importante ressaltar que, muitas vezes, mesmo utilizando sofisticados recursos diagnósticos, não se chega a definir com clareza a sua etiologia. (MILANEZ, 2008, p. 54-55)

Enquanto profissionais especialmente da educação, deve se ter claro que o diagnóstico da deficiência intelectual não se dá de forma simples e que o mesmo deve ser sempre feito por uma equipe multiprofissional. No entanto, o diagnóstico não é fator decisivo para uma prática pedagógica de qualidade, voltada para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos e ao envolvimento da família neste processo.

É indispensável que profissionais de diferentes áreas tomem conhecimento sobre estes aspectos, incluindo também os pedagogos. A necessidade desse saber torna se necessária no dia a dia do professor, uma vez que o diagnóstico e a evolução de determinada condição relacionada à deficiência intelectual não definem a evolução ou a forma de atuação do professor, na sala de aula, mas servem como elemento norteador de suas práticas. (MILANEZ, 2008, p. 61)

2. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998, p.11) nas últimas décadas o crescimento da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma expansiva, buscando acompanhar a intensificação da urbanização e a grande participação da mulher no mercado de trabalho. A sociedade também demonstra estar mais consciente da importância das experiências pedagógicas na primeira infância, o que propícia uma maior demanda por uma educação institucional para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade. A educação nem sempre foi o objetivo das creches e pré-escolas.

O atendimento institucional a criança pequena, no Brasil e no mundo apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adultos. (RCNEI, 1998, p.17)

A partir de 1988 o atendimento ás crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade passou a ser reconhecido pela Constituição Federal, passando assim as creches e pré escolas a ser um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV), como nos destaca também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990, p. 70).

O atendimento na Educação Infantil está organizado da seguinte forma, crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade sendo atendidas nas creches, e crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) em pré-escolas, ambas são consideradas instituições de Educação Infantil, sendo distintas entre si apenas pelo critério de faixa etária, conforme nos afirma no título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art.4º, IV, "O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré escolas ás crianças de zero a seis anos de idade". (LDB, 2011, p.10)

Considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

Respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; (...) o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas a expressão, a comunicação, a interação social, ao pensamento, a ética e a estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. (RCNEI, 1998, p. 13)

Conforme nos mostra a LDB (2011,) no art. 29 a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O que reforça quão importante é o papel da educação infantil na vida das crianças que por ela passa, sendo assim um espaço voltado para o desenvolvimento integral da criança. Considera se também um lugar no qual as práticas de inclusão e respeito a diversidade devem ser trabalhadas de forma natural, o que propiciará as crianças o desenvolvimento de práticas respeitosas e de hospitalidade nas relações sociais.

Entende se por Educação Especial segundo a LDB (2011, p.32), a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, devendo o atendimento educacional ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O direito a educação é extensivo a todas as pessoas, independentemente de suas características individuais. A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e afirma que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar quando necessário, de preferência dentro da escola. (LDB, 2011, p. 32)

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao endossar a declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtiein, na Tailândia, em 1990 (UNESCO, 1994), e ao concordar com os postulados produzidos em Salamanca, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (UNESCO, 1994), a qual envolveu noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, no período de 7 a 10 de junho de 1994. (BALEOTTI; DELMASSO, 2008, p.33)

A questão da inclusão emplacou aqui no Brasil com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrições baseadas na deficiência das pessoas. (LDB, 2011). Porém, isso não é uma tarefa tão fácil para a escola e nem para os professores. A escola deve dentro do contexto de cidadania receber todas as crianças de forma justa e satisfatória, capacitar seus educadores, equipar-se e adaptar-se para a garantia de Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – Formação de Professores em Educação Especial – UNESP – Marília, SP 9 atendimento com qualidade da proposta de educar conforme demanda a LDB no art. 59 da Educação Especial:

[...] Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (LDB, 2011, p. 33)

Sabemos que a interação social tem um papel importante no desenvolvimento da criança. A interação social é a condição de construção do indivíduo e base do desenvolvimento do ser humano. Estudos desenvolvidos por Lordelo e Carvalho (1998) e Oliveira e Rosseti –Ferreira (1993) com crianças pequenas em creches identificaram notáveis ganhos no desenvolvimento social dessas crianças, partindo apenas da oportunidade de interação com seus pares, proporcionado pelo convívio escolar, pelo ambiente. É na interação com o adulto, e com seus pares e com o meio que as crianças buscam entender e interpretar o mundo a seu redor, buscam vivenciar experiências e atribuir sentido ao mesmo.

Entendemos a escola como um espaço onde também se educa para a convivência, em que se fundamenta o respeito à diversidade desprovida de conceitos e preconceitos. É neste sentido que se fortalece na creche e nos centros de educação infantil um espaço privilegiado onde, além da convivência, a estimulação na fase mais inicial da vida potencializa o desenvolvimento, independente de deficiências, reduzindo as diferenças.

[...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, não paginado)

Sendo assim, considera se papel fundamental da escola possibilitar a ampliação progressiva das experiências socializadoras, possibilitando o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos e ampliando gradativamente o que o aluno já tem por aprendido. Por este motivo queremos aqui ressaltar o quanto o trabalho pedagógico do professor de educação infantil é importante e indispensável para atenuar os prejuízos qualitativos gerados nas interações sociais e na comunicação destas crianças. Faz parte do papel do professor zelar pela aprendizagem dos alunos assim como estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (LDB, 2011).

A atenção integral da escola e do professor a criança com deficiência intelectual ou não, priorizando o seu bem-estar físico, psíquico e social e possibilitando as mais diversas experiências e interações "pedagógicas" são de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Desta forma, é imperiosa a busca permanente de conhecimentos sobre os aspectos patológicos da deficiência intelectual, objetivando o aprimoramento dos professores, em sua atuação com os deficientes intelectu-

ais, favorecendo assim uma educação mais inclusiva. Somente assim, com conhecimentos teóricos e científicos o professor poderá exercer práticas inclusivas, beneficiando seus alunos com deficiência intelectual e alcançando plenamente os objetivos da inclusão. (MILANEZ, 2008, p. 62)

4. CONTRAPONTOS

Um dos grandes paradigmas educacionais da atualidade reivindica o reconhecimento e a valorização das diferenças conforme sugere Omote (2008, p.22), no qual todos possam ser atendidos em suas diferentes necessidades. O deficiente intelectual está na escola também para aprender conteúdos, e é necessário fazer adequações curriculares e ter claro que nem tudo ele aprenderá, pois apresenta um processamento cognitivo diferente.

É um repensar sobre o papel da escola e seus objetivos educacionais. Não se trata de negar os conhecimentos curriculares, ao contrário, é justamente favorecer ao aluno com deficiência intelectual o acesso ao conhecimento disponível historicamente como fator de emancipação humana, mas ao mesmo tempo, respeitar sua condição própria de aprendizagem, sem querer igualá-lo ao outro, ao contrário cabe a escola encontrar formas de valorizar e considerar o "jeito" de se aprender de crianças e adolescentes com deficiência intelectual. (REFERENCIAL SOBRE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2008, p. 31)

É necessário estabelecer sentido através dos conteúdos significativos. Isso exige muito da escola, do professor e daqueles que dão suporte a questão pedagógica, nesse sentido enfatiza Oliveira (2008, p.122) "Os objetivos educacionais e curriculares deveriam [...] dilatar a possibilidade de emancipação, autonomia e independência de cada um, respeitando se o direito de todos". A perspectiva da escola inclusiva não é a deficiência, é uma escola que trabalha com a diversidade, diferenças, o que é parte integrante do ser humano, um novo espaço educativo, um espaço justo para todos os estudantes, não é a condição do aluno o único determinante do seu desenvolvimento, a condição que a escola olha para esse aluno também contribui positiva ou negativamente.

Todavia, o atual paradoxo é como educar frente a diversidade. Com tudo, conforme destacado no Referencial sobre a Avaliação da aprendizagem na área da Deficiência Intelectual (2008, p.16) "a escola precisa aprender a se apropriar desta nova visão e suas decorrências para organização da prática escolar e pedagógica".

Sabe - se que tal modelo educacional é formado dentro de uma estrutura social capitalista que tende a excluir todos aqueles que julgam não aptos a participar do mercado de trabalho e, portanto, não seriam capazes de atender a demanda do mercado. Nesse sentido, os deficientes, os idosos, aquelas crianças ditas como normais, mas que por algum motivo não conseguem aprender, formam o público marginalizado das nossas escolas.

Os poderes públicos após a declaração de Salamanca (1994) intensificaram as discussões sobre o atendimento às pessoas deficientes, mas passados 16 anos, ainda estão tentando ajustar os serviços oferecidos para atender com eficiência esse público.

Trabalhar com a diversidade na educação infantil inclui também o deficiente intelectual, o negro, os marginalizados, dentre outros, uma perspectiva inclusiva é aquela que não apenas acolhe o outro, mas proporciona a todos um trabalho com respeito as suas diferenças, o que é perfeitamente possível.

O ensino inclusivo propõe, acima de tudo, que as condições de ensino, desde a infraestrutura física até as estratégias de recursos didáticos, em sala de aula, sejam amplamente adaptadas para atender às necessidades especiais apresentadas por qualquer aluno, de maneira a garantir que, independentemente das suas dificuldades, consiga realizar os objetivos educacionais. (OMOTE, 2008, p.26)

A pesquisa aqui apresentada relatou a ocorrência de mudanças importantes ao longo da nossa história, referentes a educação e a inclusão. Infelizmente, a surpresa ou certo constrangimento, causado inicialmente por algumas deficiências, fez com que as pessoas se fixassem nisso e não conseguissem "enxergar" que estavam diante de pessoas integras, com necessidades, aspirações, qualidades e defeitos, como todo ser humano.

Buscamos hoje, pois, que se construa uma sociedade verdadeiramente democrática, que possibilite a educação sem restrições, em cumprimento a Constituição Federal, que preceitua em seu artigo 3o, incisos I e IV: "construir uma sociedade livre, justa e solidária"; "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Devemos enquanto educadores oportunizar a família o acesso à informação, ao apoio e a orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais, segundo Assumpção e Sprovieri (2002) a participação da família é fundamental no processo de atendimento a pessoa com deficiência intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, não só o professor de

educação infantil, mas todos, encontram-se numa situação bastante delicada, uma vez que a escola moderna tem enfrentado uma série de percalços dentre eles: a sala com um grande número de alunos com diversos níveis de aprendizagem, a falta de estrutura da escola, a falta de formação do professor diante do processo de inclusão e problemas sociais que afligem nossa sociedade e que adentram pelo portão da escola.

Quando um docente entra em sala de aula, ele se depara com uma diversidade de alunos com as mais diferentes formas de aprender. Uns não aprendem por problemas emocionais, outros por carência, outros ainda ditos como alunos de inclusão, seja ela de qual esfera for intelectual, visual, auditiva ou física precisam em alguns casos de elementos e materiais específicos para auxiliar na sua aprendizagem.

É notável que este contexto exige uma análise bastante detalhada e o impacto destes não podem ser compreendidos num simples espaço de tempo, mas não podemos deixar de considerar que cada pessoa, de acordo com sua história de vida, possui um olhar diferenciado, capta nuances que talvez para outros olhos passassem despercebidas ou fossem consideradas irrelevantes.

Este trabalho procurou trazer essas percepções, baseada num olhar de quem acredita na inclusão do deficiente intelectual na escola comum, e de quem acredita que o professor pode fazer muito para os alunos que historicamente foram marginalizados e arrancados do seio da sociedade para serem enclausurados nas instituições, as quais os acrescentavam pouco ou quase nada do conhecimento e respeito humano.

Por isso, é essencial que todas as crianças estudem em escolas comuns e que participem, conforme suas capacidades e habilidades, das brincadeiras e atividades propostas pela escola, aprendendo assim a se relacionar com os seus colegas e professores, que são diversos e diferentes uns dos outros, aceitando e convivendo com seus limites. Assim é também pra as crianças com deficiência intelectual, salvo os casos mais graves e que por recomendação de uma equipe multiprofissional precisem frequentar uma instituição diferenciada, que lhes ofereça cuidados mais específicos e que não podem ser ministrados na escola.

É preciso também que a sociedade ofereça suporte para total integração do aluno com deficiência intelectual, contemplando seus direitos dentro e fora da escola. As mais variadas diferenças incapacitantes não podem privar o sujeito da sua participação plena como cidadão, sendo que as ações devem tornar a sociedade também acessível, em todos os aspectos supracitados.

Portanto, acredita - se que para a consolidação e execução de uma escola verdadeiramente inclusiva e de um trabalho na perspectiva de apoio e acompanhamento à inclusão, que os diversos envolvidos neste contexto social, tanto o deficiente, quanto à sociedade e a comunidade escolar estejam preparados para o convívio harmonioso e produtivo revendo velhas crenças e realizando mudanças de diferentes ordens.

Existe uma estória que foi construída em torno da dor da diferença: a criança que se sente não bem igual as outras, por alguma marca no seu corpo, na maneira de ser...

Esta, eu bem sei é estória para ser contada também para os pais. Eles também sentem a dor dentro dos olhos. Alguns dos diálogos foram tirados da vida real.

Ela lida com algo que dói muito: não é a diferença, em si mesma, mas o ar de espanto que a criança percebe nos olhos dos outros [...]

O medo dos olhos dos outros é sentimento universal.

Todos gostaríamos de olhos mansos...

A diferença não é resolvida de forma triunfante, como na estória do Patinho Feio.

O que muda não é a diferença. São os olhos...

(RUBEM ALVES, 1987)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. As relações entre pares em idade escolar. Um estudo de avaliação da competência social pelo método Qsort. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Portugal. 1997.

ARANHA, M. S. L. F. A interação social e o desenvolvimento humano. Temas em Psicologia,1993.

BAPTISTA, C.R. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, maio-ago. Edição Especial. 2011, p.59-76

BUENO, M.S. Hospitalidade no jogo das relações sociais. São Paulo: [s. n.], 2008 (Goiânia: Editora Vieira), p. 28

BRASIL. MEC. Marcos políticos-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010a.

BRASIL. MEC. A Escola Comum Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010b.

BRASIL, MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União. Edição extra. BRASIL: 18 de novembro de 2011a.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Normativas Internacionais. Convenções Nºs 138 e 182, e Recomendação Nº 190 – OIT. Portaria Nº 6/2002 – MTE. Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília: 2002.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.43 p. – (Série legislação; n. 64)

OLIVEIRA, A.A.S; OMOTE, S; GIROTO, C.R.M. Inclusão Escolar: As Contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora,2008.

___. Educação Infantil: Espaço de Oportunidade para o desenvolvimento das Inteligências Múltiplas. 2008. 69f. Monografia de Conclusão de Graduação – Faculdade Taboão da Serra, Taboão da Serra, 2004.

REVISTA DI. São Paulo: APAE, 2011. Semestral.